



# **Educomunicação nos processos educativos**

---

Claudemir Edson Viana

“Ensinar não é transferir conhecimento,  
mas criar as possibilidades para a sua própria,  
produção ou a sua construção”

Paulo Freire

## 1. INTRODUÇÃO

Iniciamos uma reflexão sobre relações entre Educomunicação e processos educativos com Paulo Freire exatamente para buscar a diversidade de abordagens sobre tais relações, como é preciso fazer, por exemplo, com a ideia de ensinar, como destaca nosso caro pensador brasileiro. A diversidade e a Educomunicação são ideias convergentes, interreferenciadas, e assim precisa ser nossa perspectiva quando pensamos em processos educativos.

Este artigo pretende apresentar uma organização das reflexões a este respeito a partir de referenciais teórico-metodológicos acumulados pela epistemologia da Educomunicação, e a partir especialmente do conjunto de artigos científicos que integram esta publicação, oriundos do VI Educom e III EducomSul, evento ocorrido na PUC/RS na cidade de Porto Alegre em junho de 2015, com o tema central **Diversidade e Educomunicação, tecendo saberes integrando práticas**.

O evento em si já fora a concretização de inúmeras articulações entre pesquisadores, professores, estudantes, instituições e organizações da sociedade civil, sistemas de ensino local e regional, em especial com um grupo de jovens do Ensino Médio participando de atividades do evento, e tudo isso representou naquela prática a diversidade em si como riqueza maior de possibilidades a serem oferecidas aos participantes, aos sujeitos do evento, sendo assim processos educativos diferenciados, plurais, com multiplicidades de experiências nas abordagens sobre Diversidade e Educomunicação.

O VI Educom e o III EducomSul puderam contar com 450 inscritos (estimados 600 participantes) para atividades durante três dias. O tema do encontro atraiu muitos trabalhos dos quais 167 foram selecionados para apresentação. Depois do evento, os trabalhos passaram por um tratamento mais profundo com pareceres dos conselheiros da ABPEducom, pesquisadores do NCE/USP, e de um Conselho Editorial, o que demandou muitos meses. Desse trabalho colaborativo surgiu o projeto de edição para criação da coleção de e.books sobre Educomunicação

e Diversidade, a partir de artigos oriundos desse evento em sua maioria, constituindo-se em mais desdobramentos das ações da associação em novas produções que permitirão a memória das atividades, a reunião de fontes bastante qualificadas sobre temas e subtemas tratados em cada e.book da coleção, que pretende futuras publicações.

Foi neste espírito de trabalho que apresentamos nesta publicação um dos desdobramentos dos múltiplos processos, das experiências e diversidade de conhecimentos envolvidos, trocados e construídos por cada um dos autores de capítulos desta publicação, pelos contextos de participação e trocas que se deram no evento e que atraiu importantes saberes, e agora, torna-se realidade a extensão daquele ambiente social do evento com a sistematização e disponibilidade de parte daquele caldo cultural promovido naquela oportunidade, e representa um pequeno mosaico da qualidade e diversidade das práticas educativas para, com e sobre a cultura midiática em que estamos imersos. Assim, acredita-se que as experiências relatadas nesta publicação podem fomentar aplicações e replicações infinitas por outros em diversas situações de ensino, no espírito também do que nos fala Paulo Freire.

## 2. DIVERSIDADE DE PROCESSOS EDUCATIVOS

Norteados pela ideia sobre diversidade que sistematizou as oportunidades de aprendizagens promovidas pelo VI Educom e III EducomSul, somos desafiados a retomar a perspectiva de diversidade também na educação, tão acostumada a se guiar pelo padrão estabelecido, por sistemas e métodos já bastante definidos e controlados por inúmeras formas e instrumentos. Estamos, pelo menos no Brasil de 2016, ainda lutando muito, e engatinhando nisso, em termos de sociedade e de profissionais da educação, para garantir recentes avanços com políticas públicas assertivas, de inclusão e de promoção dos Direitos Humanos, que contemplem em certa medida a busca coletiva pela diversidade como riqueza, qualidade, e não como problema.

No entanto, há uma abordagem restritiva prevalecente sobre diversidade nos espaços educativos, sobretudo no formal, mas não só. A restrição está no fato de considerar apenas aspectos da diversidade garantir a inclusão dos excluídos



por alguns fatores, como os étnico-raciais, socioculturais, de gênero e ainda mais alguns outros, constituindo-se inclusive em legislação, políticas públicas, o que é muito importante e merece mais apoio, fomento e ampliação.

No entanto, há ainda outro nível de diversidade a ser tomado quando pensamos em educação, e ainda mais quando a tratamos a partir da Educomunicação, como conjunto de práticas e como referencial teórico-metodológico, para percebermos e entendermos a diversidades nos processos educativos, e assim clarear a compreensão que se tem sobre o fenômeno da educação, bem como sobre as múltiplas relações possíveis com a Educomunicação. Trata-se da diversidade de modos de se dar o ensino e a aprendizagem, e que ultrapassam a classificação de educação formal, educação não formal e educação informal.

Esta organização dos tipos de educação está bastante estabelecida a partir da forma como ocorre o processo educativo e em que espaço ele ocorre como critérios de sua classificação. Há, por sinal, algumas diferentes abordagens sobre esta questão, mesmo no campo científico, mas o que prevalecem são estes dois aspectos, ou seja, a de procurar entender o fenômeno da diversidade do ensino a partir de aspectos referentes ao formato de como ele se dá, e a partir da perspectiva do ensino apenas, e não tanto da dialética que está presente no processo educativo, seja ele como e onde estiver ocorrendo. E, ainda, chegando a se tornar uma categorização da educação que em muitos casos acabam por separar e desligar daquilo que é o real que acontece como fenômeno educativo ou comunicativo. Refiro-me ao fato de que, ao separar em categorias, não se pode perder de vista que os tipos de educação se dão simultaneamente e em todos os espaços da vida cotidiana, mas em níveis de importância e de incidência na educação das pessoas a depender de inúmeros fatores.

Por exemplo, uma criança que está na escola, em sala de aula, portanto, num processo formal de educação, pode viver situações e momentos de educação informal que incidam também no que ela está vivenciando na aprendizagem sistematizada do currículo. A complexidade dos processos educativo/comunicativos não pode ser perdida na busca por identificar diferenças e separá-las apenas, imaginando que assim se dá o fenômeno em questão na realidade.

Neste sentido, há muito ainda que ampliarmos sobre a compreensão que se tem, em geral, sobre tipos de educação, e destacaremos a seguir alguns deles. No entanto, nesta publicação, os artigos foram tratados e separados seguindo um critério diferente e menos complexo, ou seja, a de experiências ocorridas no Ensino Básico (parte I), no Ensino Superior/Técnico (parte II), e no ensino em comunidades (parte III).

Por isso, reunimos os artigos a seguir em três partes, amparados por esta classificação apenas para organizar a sequência dos mesmos por tipo de contexto e processo educativo em que se deram as práticas apresentadas em cada artigo desta publicação, mas sem perder a importante noção de que não há delimitações definidas e perenes entre o que seja cada um dos tipos de educação, e de que a Educomunicação transversa a todos eles por se tratar de uma perspectiva de educação comunicacional múltipla, diversa, plural, também no que diz respeito ao ensino, à aprendizagem, às práticas sociais e cidadãs dos indivíduos e dos sujeitos sociais, organizados ou não.

O quanto há ou não de processos educacionais presentes em práticas educativas e comunicativas e que se preza pela diversidade, e como eles ocorrem em cada um dos tipos de educação, é ainda outro nível de problematização que não trataremos aqui, mas que deve ser uma preocupação sempre presente nas pesquisas e nas práticas dos projetos e ainda exige de nós estudos e pesquisas mais sistematizadas. Vamos, aqui, então, voltar a algumas definições sobre os tipos de educação acima listados, para depois retomar ideias sobre possíveis relações entre os tipos de educação e a Educomunicação.

A classificação da educação em tipos representa a percepção sobre a multiplicidade de agentes educativos com os quais os sujeitos, indivíduos e grupos organizados, se relacionam no decorrer de sua vida toda, e não só no período escolar. E mesmo se considerarmos o contexto escolar, ainda é preciso desvendar os processos de educação não-formal e informal também nele presente.

Alguns pioneiros em categorizar tipos de educação foram Philip H. Coombs, Roy C. Prosser e Manzoor Ahmed (1973), definindo-os como sendo informal, formal e não formal. Estes autores definem a educação informal como um processo em que todo indivíduo adquire habilidades, conhecimentos, atitudes e valores ao



longo de sua vida. Tal processo está intimamente relacionado aos estímulos e inibições recebidas nas experiências cotidianas e conforme a disponibilidade de recursos e a influência educativa exercida pelo ambiente no qual o indivíduo se insere. Por ambiente, os autores consideram como relevantes variáveis diversas e heterogêneas, a exemplo da família, dos vizinhos, do trabalho, das brincadeiras, da feira local, a mídia de massa, entre inúmeras outras. Trata-se, portanto, de um tipo de educação continuamente presente na vida da pessoa, tendo, portanto, aspectos mais complexos e diversificados a serem percebidos e considerados, especialmente de forma articulada aos demais tipos de educação.

Para os autores acima, a educação não formal compreende quaisquer atividades educacionais organizadas e sistematizadas que ocorram fora do sistema formal, ainda que estejam em consonância ao ensino formal ou até venha a atuar de maneira complementar a ele. As atividades de educação não formal são pensadas e desenhadas para atender um grupo específico, com objetivos de aprendizado bem delineados. Muitos dos processos educacionais atribuídos a este tipo de educação nem são originalmente concebidos como sendo educacionais. Grande parte deles foi pensada como atividades de lazer e de esporte, serviços de saúde, projetos de desenvolvimento de comunidades e regiões específicas, de cultura e comunicação, entre outros.

Outro pensador que se debruçou sobre os três tipos de educação foi Paulston<sup>1</sup>, que defende a ideia de que a educação não-formal possui uma necessidade de ocorrer durante um período curto, além de atuar com o objetivo de promover transformações concretas em grupos-alvo de características específicas e diferenciadas sob alguma ótica. Mária da Glória Gohn<sup>2</sup> (2010), outra importante estudiosa do tema, adota a ideia de que a educação não formal seria necessariamente articulada com o campo da educação cidadã, sempre vinculado às virtudes de democratização do conhecimento. Sendo assim, responderia a educação não formal por um processo “sociopolítico, cultural e pedagógico de

.....  
<sup>1</sup> Rolland G. Paulston (Universidade de Pittsburgh) trabalhou durante anos com as questões da mudança educacional e social, a educação não formal e alternativa, mas uma de suas maiores contribuições foi nas áreas de mapeamento e paradigmas.

<sup>2</sup> Professora titular da Faculdade de Educação da UNICAMP.

formação para a cidadania, entendendo o político como a formação do indivíduo para interagir com o outro em sociedade” (GOHN, 2010, p. 32).

Acrescentando elementos à tipificação clássica sobre educação, outro pensador a respeito bastante importante é Moacir Gadotti, que define a educação formal como sendo centralizada, sistematizada e programada para acontecer em tempo determinado e espaços específicos, e que se organiza através de uma estrutura hierárquica, burocrática. Tal estrutura faz-se percebida através dos currículos e dos órgãos fiscalizadores dos governos federal, estaduais e municipais, a partir de legislação e normatização específicas. O mesmo pensador faz uma ressalva importante quanto aos outros dois tipos de educação, considerando que a educação não-formal opera também de maneira descontínua, eventual e informal, em múltiplos espaços, não podendo ser denominada, por tais motivos, de “educação informal”. Por isso, Gadotti não utiliza o conceito de educação informal.

Seguindo neste rápido cenário sobre os tipos de educação que prevalecem no ambiente intelectual e científico, há outras abordagens sobre a questão que adotam critérios diferentes para entender o que seja cada tipo de educação presente na vida das pessoas, e da sociedade de maneira geral. O professor José Carlos Libâneo<sup>3</sup>, por exemplo, adota como critério para classificação a presença ou não de intenção no processo educativo. Como intencionalidade o autor entende “processos orientados explicitamente por objetivos e baseados em conteúdos e meios dirigidos a esses objetivos” (LIBÂNEO, 2010, p. 92). E a educação intencional é subdividida em duas subcategorias: educação formal e não-formal.

Como educação informal, Libâneo entende todas as influências que atuam de alguma maneira sobre o indivíduo, ocorrendo de modo não intencional, não sistemático e não planejado. O fato desse processo educativo não incidir sobre o indivíduo de maneira intencional não significa que ele não tenha consequências efetivas na formação da personalidade, valores e hábitos do mesmo, mas antes que estas consequências são mais dificilmente percebidas como tais. A educação não intencional na visão do autor, porém, não pode ser confundida com a totalidade do processo educativo. Sendo assim, sobre a educação intencional de caráter formal ele discorre:

.....  
3 Professor titular da Faculdade de Educação da USP.



(...) seria, pois, aquela estruturada, organizada, planejada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal. Mas isso não significa dizer que não ocorra educação formal em outros tipos de educação intencional (vamos chamá-las de não-convencionais). Entende-se, assim, que onde haja ensino (escolar ou não) há educação formal (...) desde que nelas estejam presentes a intencionalidade, a sistematicidade e condições previamente preparadas, atributos que caracterizam um trabalho pedagógico-didático, ainda que realizadas fora do marco do escolar propriamente dito. (LIBÂNEO, 2010, p. 88-89).

Já a educação não-formal para esse pensador responde pelas atividades de caráter intencional, mas com baixo grau de sistematização, estruturação e burocratização, implicando relações pedagógicas não formalizadas. Podem ser atividades articuladas ou não ao currículo, pontuais ou não. Por exemplo, feiras, visitas, festas, campanhas, oficinas, projetos. São situações como esta que estão nos artigos desta publicação organizados na última parte da publicação. O menor número de artigos em relação aos dois outros indica bem como é preciso dar mais atenção a esta categoria de educação, a informal. Fica o desafio de ampliarmos estudos e pesquisas sobre Educomunicação e educação informal.

Poderíamos continuar ampliando e aprofundando as reflexões sobre tipos de educação presentes ao longo da vida das pessoas. É interessante, ainda em outra situação, tratar de tipos de estratégias adotadas para entender o que nelas há de princípio e de instrumento para se promover, ou não, processos educacionais nos educativos, e em cada tipo de educação.

Devido aos aspectos indicados até aqui, definimos então como principal critério para agrupar os artigos o fato de a experiência relatada tenha ocorrido no nível do Ensino Básico (parte I), Ensino Superior (parte II); fora da instituição educativa (parte III).

Vamos, então, depois da breve contextualização sobre os tipos de educação considerados para organizar as experiências apresentadas nos artigos que integram esta publicação, incorporar aspectos sobre as possíveis relações entre Educomunicação e os tipos de educação, também extraíveis dos referidos artigos.



### 3. EDUCOMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE EM PROCESSOS EDUCATIVOS

Tomamos o conceito de processos educativos<sup>4</sup> como espaços e fluxos onde se dão o ensino e a aprendizagem, sendo eles diversos e múltiplos, para que possamos dar conta da complexidade de fenômenos como o educativo e o comunicativo. À educomunicação importa especialmente o fenômeno da interface comunicação/educação, tomando os processos comunicativos com preocupações voltadas aos processos educativos neles envolvidos, bem como voltadas às práticas comunicativas em uso na sociedade. Tal perspectiva de educação midiática constitui-se de processos comunicativos que favorecem a educação para o desenvolvimento de certas habilidades, como a da leitura crítica da mídia, o senso crítico sobre o uso das tecnologias e suas aplicações, consciência de si e do espaço que ocupa na sociedade, e, sobretudo, a de atuar como cidadão em sua plenitude de direitos e no protagonismo em transformações sociais desejadas.

Entendemos que práticas educomunicativas nos processos educativos podem ocorrer nos diferentes tipos de educação se considerarmos a classificação mais conhecida, isto é, a educação formal, a educação não formal, e a educação informal. Em cada um dos tipos de processos educativos, há aspectos particulares de como a Educomunicação poderia intervir e com que objetivos.

É o caso de percebermos os modos de atuação nos contextos de educação formal, com processos educativos diferenciados aos geralmente praticados nos cursos formais, sobretudo os do Ensino Básico. Para isso, sugerimos a leitura artigos da parte I dessa publicação que constituem experiências direta ou indiretamente relacionadas ao currículo escolar. Aliás, convido os leitores a avaliarem sobre em quais tipos de educação acima apresentados enquadrariam as experiências descritas nos artigos. Suponho que perceberão como tais experiências sobrepõem ou interpõem os diferentes tipos de educação mencionados. E também a perceberem a diversidade de aplicações de práticas educomunicativas, mídia educativas e

.....  
4 O Processo educativo engloba a escolarização e todos os seus aspectos teóricos e práticos, como o processo de aprendizagem, os métodos de ensino, o sistema de avaliação da aprendizagem e o sistema educacional como um todo. O processo educativo é determinado por fatores sociais, políticos e pedagógicos, e como tal precisa ser definido de acordo com seu contexto histórico-social, partindo dos esquemas educativos primários, nas relações que o aprendiz trava antes mesmo de iniciar sua escolarização, passando pelo modo como a educação escolar se inicia e, finalmente, como ela se processa (Wikipédia, 03/07/2016).

infoeducativas de forma articulada ao currículo do Ensino Básico, mais ou menos a depender de cada situação e seus objetivos.

De qualquer maneira, em todas as experiências são destacados os ganhos e as transformações que foram promovidas nos processos educativos ocorridos nos espaços da educação formal, no caso. Quer se, com isso, que os educadores deste tipo de educação percebam que há diversidade nas situações e nos arranjos possíveis entre a educação formal e as práticas diferenciadas como as da educomunicação e da mídiaeducação.

Em muitos casos, são situações em que se tem a educomunicação possível, mas favorável a mudanças em práticas sociais e educativas conforme cada contexto da realidade onde se dão, como explica Ismar de Oliveira Soares:

a prática educomunicativa, por meio de uma pedagogia de projetos, poderia converter-se em aliada de processos de avaliações formativas, preparando os caminhos para que toda a comunidade educacional possa rever e reconstruir, de forma permanente, as relações de comunicação no interior dos ecossistemas educativos de cada escola. A possibilidade certamente daria mais vida às escolas e envolveria mais profundamente os alunos em seus projetos educativos. (SOARES, 2016)<sup>5</sup>

A mesma transversalidade que a educomunicação pode ter em processos educativos formais e vivenciados em espaços do Ensino Básico, é o que se pode ter no Ensino Superior, como podemos ver nas experiências apresentadas no segundo bloco de artigos selecionados entre as apresentações ocorridas nos referidos eventos sobre Diversidade e Educomunicação.

A diversidade aparece novamente nos contextos sociais em que as experiências no Ensino Superior foram desenvolvidas. O mesmo ocorre com os tipos de cursos em que elas ocorrem ou que a partir deles, dos cursos, se tornam atividades de extensão e pesquisa. É o caso de práticas diferenciadas utilizadas no curso de Administração de Empresas, dos conteúdos tratados em oficinas para formação inicial de professores, ou ainda, a aplicação de conhecimentos no campo da comunicação/educação nas práticas de pesquisa, e não só como objeto ou tema de pesquisa, como se poderá ler nos artigos que constituem a parte II desta publicação.

.....  
<sup>5</sup> SOARES, Ismar O. A educomunicação possível: uma análise da proposta curricular do MEC para o Ensino Básico. Revista Comunicação&Educação da ECA/USP, . 21, n. 1 (2016).



Em todas as experiências, percebem-se também as diferentes nuances educacionais presentes, mais ou menos, em cada uma das experiências relatadas, isto é, em que a comunicação e a educação estejam integradas na intenção educativa do processo. De qualquer maneira, além da presença das TIC e seus produtos e processos, as experiências puderam contar com novos modos de se promover a formação superior, seja por conta de temáticas diferenciadas incluídas nas atividades curriculares, seja pelos métodos e instrumentos novos, mas sobretudo apontam para inovações possíveis no Ensino Superior, de modo a não se restringir apenas aos cursos nas áreas afins, como os de Educomunicação (licenciatura ou habilitação em bacharelado) ou outros desenhos de cursos nas áreas de infoeducação, mídiaeducação ou formação inicial de professores.

Percebe-se o quanto a educomunicação acaba, com isso, tornando-se não só um conjunto de práticas ancoradas em certos princípios que norteiam a educação midiática buscada, mas também um paradigma na medida em que tais princípios e os objetos de aprendizagem em cursos de formação de diferentes áreas do conhecimento, e mesmo da aplicação profissional. Indica-se com isso que, será possível conhecer nos artigos da parte II experiências que enriqueceram e inovaram a aprendizagem e a formação também no Ensino Superior, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão.

Nesses processos educativos formais em nível superior, a profundidade e a especificidade na formação, ou mesmo nas aplicações de conhecimentos do campo da comunicação/educação, não podem deixar de considerar aspectos mais amplos e diversificados dos fenômenos relativos às múltiplas interfaces entre comunicação e educação. É o caso de tratarmos em educomunicação das relações interpessoais sobretudo, com o espírito da educação moral e social antes de tudo, para dar este sentido à educação midiática e informacional propriamente dita, promovida a partir do referencial no paradigma da educomunicação.

Além dos aspectos humanos e humanísticos deste paradigma, as práticas individuais e coletivas de comunicação estão no centro das atenções não só para conhece-las, desvendá-las e se apropriar delas para seu benefício, mas também para o interesse coletivo, ancorado no espírito do bem comum. A densidade e profundidade que tal perspectiva da educomunicação traz à educação midiática

é o desafio de ultrapassar seu termo centrado na mídia, e que é parte da cadeia complexa do fenômeno de que aqui se trata, mas que nela não se resume, para dar conta do ecossistema comunicacional em que mídias, sujeitos, conteúdos e contextos são variáveis importantes dentre outras e que precisamos considerar também para se entender melhor sobre os fenômenos aqui destacados nesta publicação.

É, por fim, na parte III desta publicação, com um menor número de artigos, e com grande valor por representarem outra origem da gênese consubstanciada no paradigma da educomunicação, ou seja, na contribuição de elementos fundantes deste paradigma, entendendo-se por paradigma o conjunto de noções-chave a propósito do fenômeno das múltiplas interfaces entre comunicação e educação, e com implicações para práticas socioculturais, práticas políticas, práticas formativas, práticas profissionais e, por fim, práticas científicas ancorados em princípios e diretrizes humanistas, solidários e democráticos, visando entender a comunicação e a educação como campos distintos e igualmente importantes.

A origem a que se fez referência é o fato da educomunicação, como paradigma, ter se constituído a partir das práticas sociais empreendidas por grupos sociais, organizações trabalhistas, de classe, movimentos sociais organizados a partir de questões do interesse coletivo, enfim, toda ordem de situações em que a população, geralmente de forma organizada, explorou dos fenômenos da educação e da comunicação como recursos para sobrevivência, fortalecimento para resistência à exclusão social, e para a criação de fatos e projetos que visassem defender suas bandeiras e transformar sua difícil realidade.

A educação popular, a comunicação de resistência em plena ditadura, a formação técnica e a organização necessária para dar conta de grandes festas populares, enfim, inúmeras práticas culturais e comunicativas de diversos grupos sociais, com identidade e personalidade bem definidas, ou não, podendo ser também de diferentes mesclas de acordo com o tipo de situação social que acabou por levar pessoas organizadas em grupo a resolver seus desafios explorando recursos e conhecimentos para comunicar suas ideias, seus argumentos, e suas razões para justificar não só a existência de tais movimentos, como também para dar vida a eles.



A origem sociocultural da educomunicação como saberes elaborados na aplicação prática para resolver problemas resultantes da injustiça social, da exclusão de vozes e de direitos, da submissão e exploração de grupos por outros, sustentam a perspectiva ampla e dinâmica que a educomunicação atribui à educação midiática, na medida em que a formação e a prática cidadã vêm antes e sustentam habilidades a serem adquiridas como o manuseio de novas tecnologias, a ampliação da eficiência em práticas já conhecidas e enquadradas no status quo.

Por isso, a parte III mostra-se especial para pensarmos a diversidade dos fenômenos educativos e comunicativos enquanto processos educativos, na medida em que trazem situações de grupos sociais que, fora de modelos e processos educativos mais formais, e intimamente vinculados aos seus interesses coletivos, vivenciam oportunidades de se expressar socialmente, de apresentar e defender ideias e posições, de integrar grupos e movimentos, enfim, vivenciar plenamente a cidadania que o contexto social contemporâneo oferece, e a partir dele exige de todos nós a atenção para questões como as tratadas pelos artigos da parte III.

Nessas experiências relatadas pelos artigos da parte III podemos sentir os frescores da origem popular da educomunicação como paradigma norteador de práticas sociais e educativas, como foram lá trás a educação popular e a comunicação alternativa o útero de onde nasciam novas práticas, técnicas e aplicação de experiências e conhecimentos que hoje identificamos como parte do conjunto de noções-chave em que se constitui a educomunicação. Embora sejam em pouco número nessa publicação, sabe-se da enormidade de projetos e iniciativas pelo Brasil a fora semelhante a esse, como é o caso da área socioambiental, da educação nutricional, da segurança pública, e tantas outras áreas importantes da vida coletiva e individual em nossa sociedade.

Por isso o convite para a leitura é especialmente destinado a contribuir para continuarmos a refletir a dialogar sobre a diversidade como valor e lema, inclusive para dar conta da complexidade de fenômenos como são os da interface entre comunicação e educação, e que estão presentes em nosso cotidiano, para que deles tenhamos consciência e saibamos como neles agir, com quais objetivos e em que nível de corresponsabilidade.

Essas são muitas das questões que surgem na leitura dos artigos a seguir, o que possibilita que continuemos o diálogo e a reflexão, seja a distância mediados pelos diversos canais e tecnologias de comunicação que utilizamos, como pessoa e como parte de uma organização, seja presencialmente em momentos ricos e alegres como foram os do VI Educom e III EducomSul, aqui revividos, assim como nos que ainda virão.

#### 4. REFERÊNCIAS

COSTA, Rodrigo Heringer. **Notas sobre a Educação formal, não-formal e informal.** ANAIS DO III SIMPOM 2014 - SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA. Pp 435-444.

GADOTTI, Moacir. **A questão da educação formal/não-formal. Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution?** Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 12 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de Mediações.** Comunicação & Educação, São Paulo, (19): 12 a 24, set./dez. 2000.